

RELATÓRIO

Missões pelo Direito à Água e ao Saneamento

**JOÃO PESSOA,
CAMPINA GRANDE e
SANTA RITA**



2024

Relatório Missões Pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização Paraíba



As Missões Pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização ocorreram nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita, com envolvimento dos seguintes parceiros e aliados

Fórum Nacional de Reforma Urbana

Fórum Estadual de Reforma Urbana da Paraíba

Frente pelo Direito à Cidade Campina Grande

Associação de Revitalização do Riacho das Piabas (ARRPIA)

Liga Comunitária de João Pessoa

Base Interativa de Habitação

Clube de Mães do Aratu

Mulheres Feministas de Juarez Távora

Nosso Lugar em Gramame

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)

Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM)

Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles

Laboratório de Ecologia Aquática da Universidade Federal da Paraíba

mandato da Deputada Estadual Cida Ramos

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP)



2024

ficha técnica

Habitat para Humanidade Brasil

Diretoria Executiva

Socorro Leite

Gerência Nacional de Incidência Política

Raquel Ludermir

Coordenação de Articulação e Incidência Política

Auta Azevedo

Assessoria de Incidência Política

Marina Cysneiros

Adnamar Santos

Coordenação de Comunicação Institucional

Débora Britto

Assessoria de Comunicação para Incidência Política

Ju Motter

Relatora Responsável pela Missão pelo Direito à Água e ao Saneamento - Recife

Yasmin Rodrigues

Analista de Pesquisa e Incidência Política Habitat para a Humanidade Brasil

Colaboração

Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles

Renato Régis

Revisão Técnica

Yasmim Pamonet Sá

Fotografias

Engels França

Diagramação

Renata Macêdo

Como citar: HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. **Missão pelo Direito à Água e ao Saneamento: Paraíba.** Habitat Para a Humanidade Brasil: Brasil, 2024

sumário

Missões pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização -	05
Paraíba Água é um direito, saneamento é o básico!	
 1. Paraíba	06
 2. João Pessoa: lucro acima de tudo,	08
 turismo acima de todos	
 2.1 Gramame	09
 2.2 Aratu	11
 2.3 Porto do Capim	12
 3. Campina Grande	14
 3.1 Ocupação Luiz Gomes	15
 3.2 Rosa Mística	17
 4. Santa Rosa	19
 4.1 Augustolândia	20
 4.2 Marcos Moura	21
 5. Recomendações	23
Referências	24

Missões pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização - Paraíba

Água é um direito, saneamento é o básico!

Nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2024, o Estado da Paraíba recebeu as Missões Pelo Direito a Água, Saneamento e Higienização nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita, totalizando sete territórios mobilizados e visitados por uma rede de 16 organizações, entre coletivos, projetos de extensão universitária, fóruns, mandatos e ONGs: Fórum Nacional de Reforma Urbana, Fórum Estadual de Reforma Urbana, Laboratório de Ecologia Aquática da Universidade Federal da Paraíba, Frente pelo Direito à Cidade Campina Grande, Associação de Revitalização do Riacho das Piabas (ARRPIA), mandato da Deputada Estadual Cida Ramos, Liga Comunitária, Base Interativa de Habitação, Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles, Mulheres Feministas de Juarez Távora, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Nosso Lugar em Gramame, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Clube de Mães do Aratu e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (Sintep). Em João Pessoa, a missão esteve no bairro Gramame e nas comunidades Aratu e Porto do Capim; em Campina Grande, esteve na Comunidade Rosa Mística e na Ocupação Luiz Gomes e, em Santa Rita, esteve em Augustolândia e na Comunidade Marcos Moura.

O último dia foi dedicado à realização de Audiência Pública no auditório do Sintep, cuja mesa foi composta pelos mandatos de Cida Ramos (Deputada Estadual - PT/PB) e Marcos Henrques (Vereador - PT/João Pessoa), além de representações da Habitat para Humanidade, Defensoria Pública, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de João Pessoa, Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles, Universidade Federal de Campina Grande, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e Secretaria de Planejamento de João Pessoa (Seplan).

A metodologia utilizada pelas missões adapta à realidade brasileira o perfil de missões de relatoria do Sistema ONU, identificando os pontos críticos de cada comunidade em relação a determinada temática. A Comitiva Nacional de Incidência Política da Habitat para Humanidade Brasil coordenou os trabalhos de campo e torna pública a sistematização dos dados produzidos em colaboração com todos e todas presentes.

O objetivo deste relatório é tornar visíveis os desafios enfrentados pelas populações locais e as mobilizações políticas comunitárias pelo direito à água e ao saneamento, bem como propor

recomendações que convoquem os gestores públicos a se empenharem na mitigação dos danos produzidos pela ausência da garantia de direitos nos territórios vulneráveis. A luta pelo direito ao saneamento básico¹ orientou a seleção dos territórios e, em cada um deles, foi possível promover rodas de conversa, conhecer a história local por meio da narrativa dos habitantes, visitar as casas, produzir registros fotográficos e realizar caminhadas guiadas pelos moradores e moradoras.

Este relatório foi dividido em cinco partes, que seguirão o mesmo caminho percorrido pelas missões: 1) contextualização do problema no Estado da Paraíba; 2) Missão João Pessoa e seus territórios; 3) Missão Campina Grande e seus territórios; 4) Missão Santa Rita e seus territórios e 5) recomendações. Iniciando pelo deslocamento até a Paraíba, a primeira seção é dedicada aos dados sobre a falta de acesso à água, ao esgotamento sanitário e a banheiros de uso exclusivo no local, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último censo brasileiro, realizado em 2022. Em seguida, o foco é João Pessoa, a partir de um panorama qualificado pelos relatos dos moradores e divididos por cada território. O mesmo será apresentado sobre as demais cidades. Por fim, recomenda-se medidas urgentes para a mitigação dos danos já causados pelo descaso do poder público e para a garantia do acesso a direitos básicos e fundamentais, como à água e ao saneamento.

1. Paraíba

No estado da Paraíba, de acordo com o Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em relação ao direito à água, **há 292.171 domicílios sem conexão com a rede geral de abastecimento de água, o que corresponde a 22% do total de domicílios**. Essas casas são abastecidas por formas improvisadas, inseguras ou altamente custosas, como carros-pipa, poço fundo ou artesiano, poço raso, freático ou cacimba, nascentes ou minas. Em 120.629 domicílios não há água canalizada e o acesso, portanto, é precário. O que observou-se durante as Missões é que, na ausência do encanamento próprio ou do abastecimento de água, em diversas casas, há reservatórios feitos com baldes, galões e garrafas PET para uso diário. O uso da água desses reservatórios é mediado pelo movimento contínuo e exaustivo de desce-e-sobe das mãos e corpo para encher pequenos potes d'água durante a lavagem das louças e roupas, limpeza da casa, banho e descarga de dejetos.

1 Saneamento básico é o conjunto de políticas públicas de acesso a água, saneamento e higiene, considerando coleta de lixo, drenagem fluvial, presença de banheiros de uso exclusivo nas residências, água encanada e de boa qualidade e esgotamento sanitário.

Em relação ao esgotamento, **há 467.154 domicílios que não estão conectados à rede geral de esgoto, o que representa 34% do total de domicílios do Estado.** Desses, 385.912 domicílios ainda utilizam fossa rudimentar ou buraco como método de descarte de dejetos, o que coloca os moradores em absoluta insegurança sanitária. Outros 40.460 domicílios descartam em valas, 19.340 em rios, lagos ou córregos e 22.142 de outra forma não especificada. Isso significa que a falta de esgotamento sanitário faz com que dejetos se espalhem in natura e permaneçam nos arredores das casas, contaminando todo o entorno e expondo os moradores e a natureza a riscos.

Não ter acesso a água tratada, em abundância e de boa qualidade, bem como a esgotamento sanitário, são fatores suficientes para se identificar, desde já, a impossibilidade de essas pessoas exercerem o direito à higienização. O cenário é ainda mais agravado quando se observa, segundo os dados analisados, a existência de 10.512 domicílios sem banheiro ou sanitário.

As missões visitaram territórios que vivem esses e outros problemas, como a falta de regularização fundiária, a ameaça de despejo, a pressão da especulação imobiliária e os usos discursivos da falta de políticas públicas contra os próprios moradores. A falta de saneamento, ao invés de ser encarada como uma demanda que deve ser atendida pelos gestores públicos, tem sido utilizada para criminalizar a luta por moradia, associando a presença dos habitantes ao aumento da poluição. É preciso ressaltar que, durante as missões, todas as comunidades apresentaram preocupações com a preservação dos biomas de seus territórios, entendendo-se como partes integradas à natureza, conforme veremos, sobretudo, nas seções sobre Porto do Capim e Rosa Mística.

2. João Pessoa: lucro acima de tudo, turismo acima de todos

No total, 845 mil pessoas vivem na cidade que é conhecida em todo o país pelo turismo nas praias, pela culinária tradicional e pela música. O que poucos sabem é que os cenários paradisíacos convivem com a precariedade absoluta. Em João Pessoa, há 87.837 domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto, 8.695 domicílios sem abastecimento de água pela rede geral, 490 domicílios sem banheiro e 1.989 domicílios sem coleta de lixo (IBGE, 2022). O cálculo considera apenas aqueles domicílios ocupados permanentemente para moradia.

Tabela 1 – Caracterização dos domicílios de João Pessoa

Domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto	Domicílios sem abastecimento de água	Domicílios sem banheiro de uso exclusivo	Domicílios sem coleta de lixo
87.837	8.695	490	1.989

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração Habitat para a Humanidade Brasil

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) é a prestadora de serviço responsável pela distribuição de água e pelo tratamento de esgoto, sendo mais de 98% do seu capital gerenciado pelo Governo do Estado. O gerenciamento estatal precisa ser aperfeiçoado para que o escopo do serviço seja amplo, regular e de boa qualidade para todos os cidadãos, já que, mesmo sob supervisão do ente, o serviço é irregular e não chega a diversas regiões.

Uma das questões centrais da capital é que o Plano Diretor proposto em 2022 foi elaborado sem participação popular, de forma que ele: 1) promove a centralização de decisões de forma inconstitucional, subordinando o Plano Diretor ao Plano de Ações e Investimentos (PAI); 2) ignora áreas vulneráveis, já que retira alguns territórios da lista de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis); 3) não preserva o meio-ambiente, já que trata do tema apenas de forma genérica e superficial, sem um planejamento prático e eficaz; 4) enfraquece a democracia participativa, já que atribui caráter apenas consultivo ao Conselho da Cidade e 5) dá carta branca à especulação imobiliária, cujo lobby sobre o texto resultou na criação de um instrumento urbanístico não previsto na legislação nacional – o Território de Estruturação e Requalificação (TER) –, que, se aprovado, pode se sobrepor a qualquer zoneamento definido no Plano Diretor, uma proposta altamente excludente, desde a concepção até a redação do seu texto.

O turismo e o mercado imobiliário têm sido colocados acima da vida das pessoas e da preservação do meio ambiente. Em maio deste ano, o secretário de turismo de João Pessoa, Daniel Rodrigues, [foi apontado como administrador de uma rede de hotéis que despeja esgoto no mar](#) (JORNAL DA PARAÍBA, 2024). Diversos comércios localizados na orla marítima da cidade, conhecida pelos atrativos, foram autuados pelo mesmo motivo. A exploração do turismo orientada exclusivamente pelo lucro é imediatista e nada sustentável: além de colocar o bioma marinho, a saúde das pessoas e a qualidade da água do mar em risco no presente, é um obstáculo para que a paisagem exista no futuro. Sob a mesma lógica que percebe a natureza como chamariz para o turismo predatório, e não como bem a ser preservado, a comunidade de Gramame, que fica a pouco mais de 12 km do centro da capital, tem sofrido com a falta de água e saneamento para os moradores, enquanto o governo investe milhões em torná-la atrativa para quem vem de fora.

2.1 Gramame

Logo antes de acessar a comunidade de Gramame, a missão passou por uma placa que anuncia as obras do [Projeto Orla Sul](#), cujo objetivo é duplicar a via principal de acesso às praias do Sol e do Gramame, tendo sido destinados 28 milhões de reais no final de 2023 para esse fim (PORTAL CORREIO, 2023).

Figura 1 – Comunidade Gramame



Fotografia: Engels França. Acervo Habitat Brasil

Na prática, o que se vê é um empenho para promover a gentrificação do território do Gramame e especular a região para a exploração turística das praias ainda preservadas pela população. A construção de um condomínio de luxo já foi iniciada. Enquanto isso, uma das moradoras mais antigas do lugar relatou que “nem lembro mais a cara da praia qual é, fico mais em casa mesmo” (sic). O cansaço produzido pela precariedade não a deixa passear. A falta constante da água que, quando chega, tem gosto e cheiro ruins, as dificuldades socioeconômicas que enfrenta uma pessoa pobre, sem aparelhos públicos por perto, como hospitais ou escolas, com transporte precário e que lida, agora, com o escancaramento do desprezo do poder público com suas demandas não dá tempo para o lazer. É às custas do abandono da população nativa, que dorme e acorda todos os dias sem água para beber, sem esgotamento sanitário adequado e sem qualquer assistência do poder público, que se desenvolvem projetos desse tipo.

Desde que foi iniciada a construção do Condomínio Bosque do Sol, o acesso à água, que já era precário, piorou. O empreendimento de luxo fica a apenas 700 m da comunidade, mas vive outra realidade: por lá, há água e calçamento e as obras públicas não destroem as construções. Na casa de Dona Ednalva, por outro lado, o muro foi esfarelado pela obra da Orla Sul. Há ocupações recentes em que os moradores não têm qualquer acesso à água. Na comunidade Gramame, só existe água de poço e, mesmo assim, para quem pode pagar: construir um poço custa, em média, 11 mil reais, segundo relatos. Quem não pode ter o próprio, precisa pagar uma taxa que varia de 60 a 90 reais por mês para ter a casa abastecida de maneira improvisada por um poço vizinho. Além disso, os donos dos poços controlam o horário de ligação das bombas, de modo que não há como prever quando a água chegará com força ou não.

A falta de saneamento faz com que as fossas das casas infiltrarem dejetos no lençol freático, de onde vem a água dos poços. O ciclo de contaminação, portanto, é constante e não há sequer um hospital por perto – o mais próximo fica a 5 km de distância e o transporte público funciona apenas três vezes ao dia. Além dos riscos para a saúde, da falta de controle sobre a própria rotina de abastecimento de água e de não contarem com qualquer suporte estatal, os moradores sofrem com os custos produzidos pela escassez: quem fica doente precisa pegar um Uber até o posto de saúde, já que não há ônibus disponíveis. Quem não quer ficar doente precisa comprar água. Quem quer ter o mínimo de água em casa precisa pagar uma taxa estipulada de forma discricionária pelos donos dos poços. O custo do abandono público sobrecarrega as famílias, que, já em vulnerabilidade, precisam administrar todos

os ônus. E os 28 milhões, para onde vão? A resposta quem deu foi Manu, do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB): “pra morador que não foi! Antes de fazer pista, tinha que botar água pra gente que tá aqui” (sic).

2.2 Aratu

Há 2 mil famílias vivendo na Comunidade Aratu. A ocupação, com pouco mais de 18 anos de existência, fica perto de praias e foi crescendo, se organizando e demandando seus direitos. Com muita luta política, conseguiram que a Cagepa se comprometesse a enviar equipes até a comunidade para realizar a instalação de água, mas não foi o que aconteceu. O serviço foi terceirizado para uma empresa privada, que fez a instalação de forma irregular, deixando algumas casas com hidrômetro e outras, sem.

Segundo Janaína, moradora da comunidade: “A Cagepa parece que fez uma gambiarra aqui; só na minha rua, 8 casas não têm água. Quem ficou sem hidrômetro, depois, foi cobrado a pagar 600 reais pela instalação”. Além de estar muito aquém do que se espera do serviço público, a falta de padronização das instalações gera desigualdades entre os moradores, fazendo com que, na mesma comunidade e até na mesma rua, alguns tenham acesso à água e outros, não. Da mesma forma que ocorre em Gramame, moradores que possuem poço cobram taxas para abastecer outras casas.

As fossas são construídas de acordo com o conhecimento de cada um. Quem não sabe fazer e não pode pagar pelo serviço despeja os dejetos como consegue. As ruas da comunidade ficam constantemente enlameadas e com poças, juntando mosquitos, lixo e mau cheiro, o que coloca a vida das crianças em risco e torna percorrer o caminho uma tarefa impossível para alguém de mobilidade reduzida, por exemplo. Carla, mãe de três filhos, contou que a Cagepa até fez algumas ligações de esgoto nas ruas, mas não as interligou com o encanamento interno das casas. Assim, mais uma vez, quem não tem conhecimento, tempo ou dinheiro para fazer o serviço por conta própria, fica sem acesso a ele e arca com danos financeiros e à saúde.

Uma denúncia feita pela comunidade foi que parte do seu território é Área de Preservação Ambiental (APA), mas, segundo relatos durante a roda de conversa, está sendo desmatado para a construção de um resort. O turismo não precisa devastar, colocar a população em risco, tampouco competir com serviços básicos. É cuidando de casa que se atraem visitas, como veremos, a seguir, com a experiência do Porto do Capim.

2.3 Porto do Capim

Figura 2 – Placas em Porto do Capim



Fotografia: Engels França. Acervo Habitat Brasil

A comunidade Porto do Capim é conhecida pelos moradores como território indígena que foi berço de João Pessoa. Com 80 anos de existência, os habitantes contam que ela foi construída por trabalhadores do antigo porto central da cidade, que funcionava naquela região e, depois, migrou para Cabedelo, município vizinho. O terreno, que antes servia para descarregar mercadorias e receber embarcações, ficou abandonado e foi ocupado pelos trabalhadores.

Depois de anos sob ameaça de remoção, a prefeitura concretizou demolições em 2019, deixando toda a população do lugar em insegurança. Um dos discursos apresentados pelo Estado foi de que os moradores estariam poluindo o rio com esgoto – o mesmo Estado que não oferece saneamento, culpando a população pelos dejetos ao invés de cumprir seu papel e garantir dignidade às pessoas e preservação do meio ambiente.

Dona Darcy, liderança comunitária, disse que passou a ter fortes crises de ansiedade e, até hoje, não se recuperou completamente. O abalo físico, emocional e mental da insegurança sobre a posse do lugar onde nasceu, por onde seu pai e avô constituíram família e fizeram história, fez com que ela encontrasse, na cultura, um jeito de escoar seu lamento e convertê-lo em arte. Hoje, ela lidera

o coletivo Garças do Sanhauá e, junto com jovens e crianças, realiza Turismo de Base Comunitária, revitalizando a comunidade e dando, cotidianamente, uma aula para o poder público sobre como é possível preservar e fomentar o turismo e o comércio local ao mesmo tempo. Nesse sentido, o coletivo construiu uma rota turística que já foi premiada duas vezes.

A missão seguiu o percurso, com direito a apresentação de dança e contemplação dos pontos de observação da natureza, sem disfarces sobre os desafios:

Figura 3 – Porto do Capim



Fotografia: Yasmin Rodrigues. Acervo Habitat Brasil

A vala a céu aberto recebe dejetos de vários pontos da cidade. Os calçados afundados na lama seca revelam o quanto as chuvas misturam esgoto e terra no percurso. A falta de esgotamento é um desafio até hoje e todos os moradores reivindicam que o direito ao saneamento, ao escoamento fluvial e ao tratamento da água sejam garantidos. A cultura local é de preservação do meio ambiente e envolve procissões e oferendas a divindades protetoras do mangue, dos rios e das florestas, como a Comadre Florzinha, cujo cântico diz “sou protetora das matas, desse território estou a cuidar”.

O coletivo contou que um dos objetivos da prefeitura é cimentar o berçário de guaiamuns, histórico reduto dos crustáceos que é parte do bioma e da alimentação local. Para resistir, elas criaram um ponto com balanços, enfeites e placas em homenagem ao lugar:

Figura 3 – Porto do Capim



Fotografia: Yasmin Rodrigues. Acervo Habitat Brasil

“As mulheres e os jovens são a artéria pulsante desse movimento do Porto do Capim”, relataram os moradores. É preciso que os gestores potencializem a experiência que a comunidade já está oferecendo para todos que chegam, garantindo que a vida cotidiana seja adequada e sustentável. Saneamento é o básico para qualquer território.

3. Campina Grande

A população total de Campina Grande é de 419.379 pessoas. No local, há 18.304 domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto, 2.342 domicílios sem abastecimento de água, 678 domicílios sem banheiro e 3.719 domicílios sem coleta de lixo (IBGE, 2022). Em relação a João Pessoa, os indicadores de Campina Grande são ainda piores em valores relativos, considerando-se o número de habitantes. Mesmo em valores absolutos, há muito mais pessoas vivendo sem banheiro em Campina Grande do que em João Pessoa, ainda que a cidade seja bem menor.

Tabela 2 – Caracterização dos domicílios de Campina Grande

Domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto	Domicílios sem abastecimento de água	Domicílios sem banheiro de uso exclusivo	Domicílios sem coleta de lixo
18.304	2.342	678	3.719

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração Habitat para a Humanidade Brasil

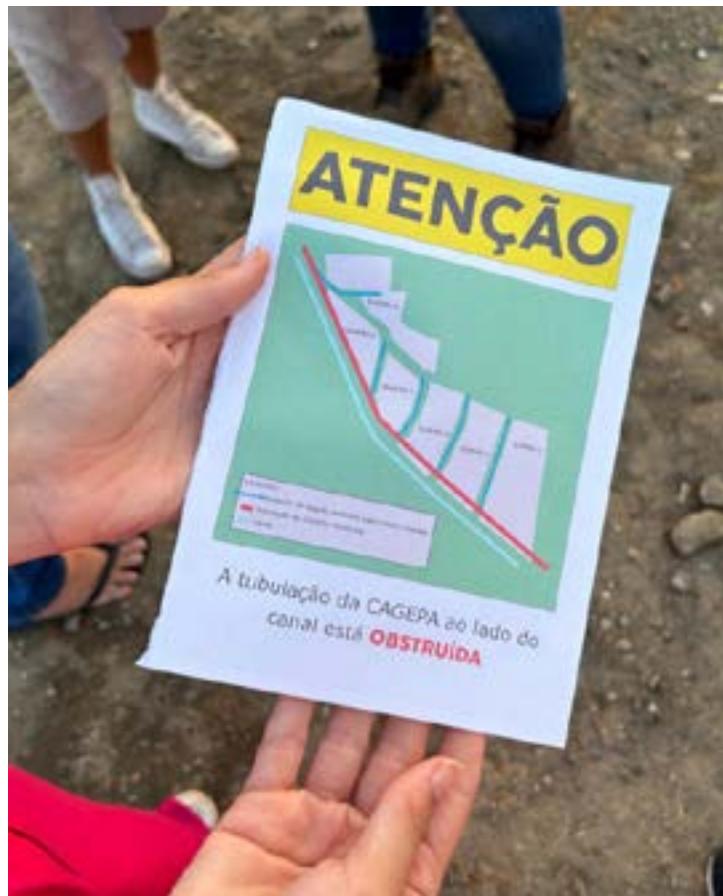
A expansão da missão para Campina Grande se deu pela gravidade da violação ao direito à água, ao saneamento e à higienização, mas também pelos exemplos de resistência e autogestão comunitária encontrados no local.

3.1 Ocupação Luiz Gomes

A ocupação Luiz Gomes está localizada no Bairro Jardim Paulistano, em Campina Grande, e teve início em 15 de maio de 2020, durante a pandemia de Covid-19, que acentuou as vulnerabilidades sociais e deixou milhares de pessoas sem emprego, em insegurança alimentar e sem perspectiva de mudança. A área da ocupação é designada pela Prefeitura Municipal como um terreno público, classificado como Zona Especial de Interesse Social (Zeis), originalmente destinado à construção de habitações populares. Existe cobertura de água fornecida pela Cagepa nas redondezas, mas, na ocupação, é tudo improvisado, feito pelos moradores, sem apoio da Companhia.

Trata-se de uma ocupação recente, que, apesar das adversidades, tem tido avanços significativos, como a adesão ao projeto de loteamento proposto pelo Comitê Sanitário de Defesa Popular, levando à substituição gradual dos barracos por casas de alvenaria, e a execução das instalações sanitárias e de água em parceria com a Habitat por meio do edital de apoio a territórios ameaçados de despejo. Atualmente, com as obras concluídas, há encanamento possível para garantir saneamento adequado às habitações, mas os moradores precisam que a Cagepa desobstrua a tubulação. Para isso, organizaram um mapa que funciona como campanha de mobilização:

Figura 5 – Panfleto da Ocupação Luiz Gomes.



Fotografia: Acervo Habitat Brasil

As famílias habitantes da ocupação têm se reunido e utilizado a força de trabalho voluntário dos moradores para continuar as obras de melhoria em todo o terreno. Além disso, há uma Escola Popular em funcionamento, que oferece contra-turno escolar para todas as crianças. Assim, observa-se que a autogestão comunitária deve ser fortalecida pelas políticas públicas, tendo muito a ensinar sobre garantia de direitos, participação popular, democracia e significado prático de habitação e território: lugares que garantem cidadania, bem como constroem identidade, memória e vínculo entre os habitantes. O direito ao saneamento, além de proteger a saúde e o meio ambiente, integra a comunidade e assegura que as pessoas vivam com dignidade.

3.2 Rosa Mística

Localizada no centro da cidade de Campina Grande, a comunidade tem 40 anos de existência e sua fundação está estreitamente relacionada com a presença de água potável que um dia existiu no Riacho de Piabas. Dona Graça, liderança comunitária local e uma das moradoras mais antigas, atua na Associação de Revitalização do Riacho das Piabas (ARRPIA) e contou que:

Esse riacho era de água corrente, água limpa, a gente tomava banho, bebia, lavava roupa, a gente buscava direto no olho d'água. Há uns dez anos, começou essa poluição. Aqui, era mata fechada e a gente compartilhava nossa moradia com os animais da floresta. A gestão pública nos abandonou, mas aqui é onde mora a história de Campina Grande.

Figura 6 – Ocupação Rosa Mística



Fotografia: Engels França. Acervo Habitat Brasil

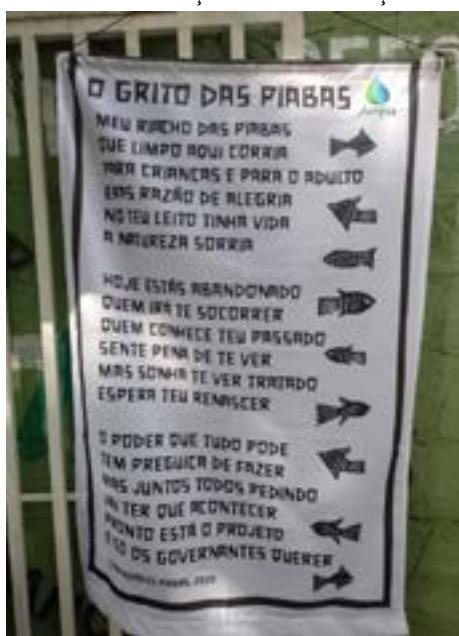
Sem qualquer empenho na construção de infraestrutura de esgotamento sanitário, tratamento da água e drenagem fluvial, o Riacho de Piabas, hoje, recebe dejetos dos prédios e casas do entorno, de todo o centro de Campina Grande e da comunidade, por isso tornou-se foco de doenças e parasitas, como baratas, ratos, cobras e escorpiões. Apesar de Rosa Mística não ser o único local que despeja resíduo no riacho, são os moradores de lá que sofrem constantemente o prejuízo de conviver com o que se tornou uma vala a céu aberto.

Além de colocar a saúde em risco, a degradação do riacho é uma interferência negativa na produção de memória sobre o lugar e prejudica a ligação cultural e afetiva que as famílias possuem com as águas. Não é mais possível banhar-se nem sequer pisar na beira do rio. Sem drenagem, entretanto, quando chove, o rio transborda, de forma que todos precisam pisar na água para transitar,

contaminando-se. Assim, não foram raros os relatos da ocorrência de bactérias, doenças de pele e até morte.

Em 2011, foi iniciada uma parceria com a Universidade Federal de Campina Grande, por meio do Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles. O grupo produziu estudos sobre o terreno, a região e o bioma e vem desenvolvendo, junto com a comunidade e a ARPIA, formas de preservação da natureza, educação ambiental e valorização do riacho. Por parte da gestão municipal e estadual, a comunidade não recebe qualquer auxílio. Portanto, é por meio da produção de conhecimento com a universidade que o local avança na produção das suas próprias tecnologias de resistência. A bandeira do movimento da ARPIA narra o descaso do governo, a luta pelo bem-viver, pelo meio-ambiente integrado com a comunidade e pelo futuro das próximas gerações:

Figura 7 – Bandeira do movimento da Associação de Revitalização do Riacho das Piabas (ARPIA)



Fotografia: Acervo Habitat Brasil

A comunidade não foi reconhecida como Zona Especial de Interesse Social (Zeis) e é constantemente pressionada pelo mercado imobiliário do entorno. A professora Kainara, da Universidade Federal de Campina Grande, ressaltou a importância de lutar pelo reconhecimento de Rosa Mística como Zeis no Plano Diretor que está em revisão. Diversos moradores já foram removidos, o que causa indignação, já que, há 40 anos, a população constrói vínculos com o lugar e não quer abandoná-lo. Há em torno de 200 famílias vivendo na beira do riacho que devem receber estrutura adequada, como acesso à água e ao esgotamento, para terem qualidade de vida onde estão.

4. Santa Rosa

Santa Rita possui uma população de 149.910 pessoas, estando entre os piores indicadores de esgotamento do país, com **apenas 7,3% dos domicílios conectados à rede geral de esgoto**. No local, há 45.838 domicílios sem conexão com a rede de esgoto, ou seja, quase toda a população vive sem saneamento. Além disso, 5.742 domicílios estão sem abastecimento de água, 358 domicílios sem banheiro de uso exclusivo e 2.254 domicílios sem coleta de lixo.

Tabela 3 – Caracterização dos Domicílio de Santa Rita

Domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto	Domicílios sem abastecimento de água	Domicílios sem banheiro de uso exclusivo	Domicílios sem coleta de lixo
45.838	5.742	358	2.254

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração Habitat para a Humanidade Brasil

Santa Rita vive uma contradição alarmante: a cidade é polo de produção e engarrafamento de águas minerais vendidas em todo o país, entretanto a população vive sem acesso à água potável. Nos locais com ligação pela rede geral de abastecimento, há relatos de 38 dias sem água na torneira. Em outra parte da cidade, não há sequer ligação pela rede de abastecimento e as pessoas precisam buscar água de péssima qualidade na rua, com insetos e dejetos misturados a ela. Segundo contam os moradores, “quando a gente pega, é possível ver a água decantada, embaixo do balde fica uma laminha”.

Em 2022, [Santa Rita rompeu o contrato com a CAGEPA e quem assumiu foi o Consórcio de Águas do Nordeste \(ANE\)](#) (G1, 2022). Apesar de ser um município pequeno, há territórios sem cobertura de fornecimento de água, como é o caso de Augustolândia. A empresa privada se comprometeu a ampliar o abastecimento de 4% para 90%, no entanto, mais de um ano depois, os moradores [reclamaram da qualidade da água](#) e até hoje o problema do fornecimento e da qualidade da água, nos locais onde ela chega até as torneiras, não foi solucionado (POLÊMICA PARAÍBA, 2023).

4.1 Augustolândia

É a comunidade mais antiga de Santa Rita. Ela já foi uma ocupação e, hoje, conta com aproximadamente 3.700 unidades habitacionais. No local, não há nenhuma cobertura de água, seja privatizada ou estadual, de forma que toda a rede é improvisada. Os moradores constroem, como podem, as fossas, as ligações hidráulicas e as valas por onde desce a água utilizada em cozinhas, lavagem de roupas e limpeza. A região de morro, sem calçamento, faz com que o trajeto seja muito escorregadio, o que o torna perigoso, sobretudo para idosos, crianças e pessoas com mobilidade reduzida. Quando chove, segundo nos contou uma moradora: “é quase impossível levar as crianças para a escola, porque se acidentam na descida e ficam sujas e machucadas”.

“Noventa dias sem água no chuveiro, você sabe o que é isso?”. Foi com esse questionamento que a missão foi recebida por Marcelo, liderança comunitária, para falar sobre a falta de acesso à água. Em sua casa, há baldes, tonéis, garrafas PET e uma caixa d’água para armazenamento da água da chuva e do poço que compartilha com vizinhos:

Figura 8 – Augustolândia



Fotografia: Raquel Ludermir. Acervo Habitat Brasil

Há uma bica do lado de fora da casa que recebe água de forma intermitente e, quando ela vem, é preciso encher os reservatórios. Marcelo, Ronaldo e Marinalva nos contaram que a água costuma chegar de madrugada na torneira da rua e os moradores se enfileiram para buscá-la. Ao lado da pia da cozinha, um tonel reserva a água para cozinhar e lavar louça. Os utensílios são lavados utilizando uma

caneca. No banheiro, há um balde para o vaso sanitário e para o banho. As torneiras dentro de casa vivem secas.

Marinalva contou que a água é abundante apenas quando chove, pois a moradora improvisa uma calha que joga a água da chuva direto nos tonéis. A mesma chuva que a impede de sair, faz encher as valas de esgoto e tira a aula das crianças, é a que garante o mínimo de frequência da água em sua casa. A chegada da água, portanto, vem sempre acompanhada de algum ônus – seja porque veio da chuva, seja pela sua má qualidade, com odor, cor leitosa e péssimo gosto. Os moradores de Augustolândia e Marcos Moura não conseguem o básico: construir uma relação com o consumo de água que seja apenas orientado pela satisfação das suas demandas.

4.2 Marcos Moura

Esse foi certamente um dos territórios mais precarizados entre os visitados pela missão. Todas as ruas do local são cobertas de lama, sem qualquer tipo de esgotamento, e as poças de esgoto se acumulam pelo chão. O sol, por meio da evaporação, é o único recurso disponível para drenar o esgoto lançado pelas casas direto na rua, o que leva dias. Quando chove, as ruas alagam e só é possível transitar por meio das águas contaminadas por dejetos, larvas e pragas. Além disso, não há conexão de água pela rede geral na maioria das casas, o que leva a população a utilizar poços cuja água se mistura ao esgoto infiltrado no solo:

Figura 9 – Marcos Moura



Fotografia: Engels França. Acervo Habitat Brasil

A água que chega por meio da caixa d’água controlada pela ANE possui cheiro forte, o qual foi possível sentir pelos participantes da missão, e está sob uma estrutura inconsistente, com vergalhões expostos e vazamento constante. Maria, que mora há 19 anos em Marcos Moura, contou que “a gente não bebe a água que vem da caixa, porque eles botam algo na água que fede muito. Não era assim, depois que a ANE começou a tomar conta, ficou impossível”. Durante toda a missão, ouviu-se relatos de doenças de pele, coceira, dor de barriga e frieira nos pés.

A privatização da água – antes fornecida pela Cagepa e, desde 2022, pela ANE – acarretou piora no oferecimento do serviço, além de quebra da confiança dos moradores na gestão pública. Ao modificar um serviço que atendia a população por outro que claramente trouxe problemas, o Governo do Estado anunciou que sua prioridade não é a garantia de direitos. Maria disse que, quando a ANE assumiu o serviço, uma taxa de quatrocentos reais foi cobrada para a instalação de medidor individual. Quem não pagou teve o fornecimento parado. A impossibilidade de custear o valor fez com que os moradores optassem por ligações improvisadas em fontes de abastecimento ruins e com utilização de canos inadequados.

Figura 9 – Marcos Moura



Fotografia: Engels França. Acervo Habitat Brasil

Além da falta de água e saneamento, que torna o cenário de Marcos Moura um dos mais críticos, há, ainda, a falta de transporte e lazer e intensa violência policial. O povo vive sob constante estresse, insegurança jurídica e alimentar e sem canais de diálogo democrático. O que se percebe é que as violações de direito à água e ao saneamento fundamentam o ciclo de precariedade que afasta as crianças da escola, prejudica a saúde de todos, exclui pessoas com deficiência do espaço público, interfere na circulação de transportes e mantém todo o território sob condições desumanas.

5. Recomendações

Recomenda-se que:

- Sejam realizadas audiências públicas em cada um dos territórios visitados, com a presença de representantes da Cagepa e/ou ANE, a fim de estabelecerem metodologia participativa nas deliberações a respeito das políticas de saneamento básico;
- Sejam estipuladas metas de ampliação de, no mínimo, 70% da rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos próximos 2 anos em todas as comunidades e que as obras iniciem imediatamente, sob risco de agravamento das condições sanitárias que deixam a população em risco;
- Seja imediatamente revisto o contrato com a empresa Águas do Nordeste (ANE), dada a ineficácia do atendimento à população;
- Haja atuação integrada das secretarias municipais e estaduais em conjunto com a Cagepa e/ou ANE, considerando a intersetorialidade do problema, para construção e execução de planos de saneamento que garantam infraestrutura adequada e igualitária para as instalações tubulares nas comunidades;
- A gestão pública assuma a conexão dos encanamentos domésticos com a tubulação da Cagepa na comunidade Aratu;
- Ocorra a imediata desobstrução da tubulação da Cagepa na Ocupação Luiz Gomes, a fim de colocar em funcionamento a rede de esgotamento sanitário construída pelos moradores;
- Seja elaborado plano de saneamento para a Comunidade Gramame, em conjunto com a população e garantindo que, enquanto as obras aconteçam, a comunidade seja abastecida por caminhão-pipa, tal como já solicitado pela Defensoria Pública do Estado.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LIGAÇÃO de secretário de Turismo com esgotona praia coloca tema na mesa de Cícero Lucena. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 15 de mai. de 2024. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/pleno-poder/ligacao-de-secretario-de-turismo-com-esgoto-na-praia-coloca-tema-na-mesa-de-cicero-lucena>. Acesso em: 10 ago.2024.

MORADORES reclamam da qualidade da água entregue pela ANE em Santa Rita. **Polêmica Paraíba**, 30 de dez. de 2023. Disponível em: <https://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/moradores-reclamam-da-qualidade-da-agua-em-santa-rita-veja-o-video/>. Acesso em: 10 ago.2024.

PREFEITURA de João Pessoa divulga projeto de urbanização do litoral sul da Capital. **Portal Correio**, João Pessoa, 24 de nov. de 2023. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/prefeitura-de-joao-pessoa-divulga-projeto-de-urbanizacao-do-litoral-sul-da-capital/>. Acesso em: 10 ago.2024.

SANTA Rita rompe contrato com Cagepa e empresa privada assume operação do sistema de água e esgotos. **G1**, João Pessoa, 12 de mai. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/05/12/santa-rita-rompe-contrato-com-cagepa-e-empresa-privada-assume-operacao-do-sistema-de-agua-e-esgotos.ghtml>. Acesso em: 10 ago.2024.

